Título do capítulo

CAPÍTULO 2 – CONTEMPORANEIDADE E MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

Autores(as)

-

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-019-6/cap2>

Título do livro

FRONTEIRAS DO BRASIL: REFERÊNCIAS PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Organizadores(as)

Bolívar Pêgo

Volume

6

Série

-

Cidade

Brasília

Editores

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Ano

2021

Edição

-

ISBN

978-65-5635-019-6

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-019-6>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

CONTEMPORANEIDADE E MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

1 INTRODUÇÃO

Por ser considerada uma das áreas estratégicas para o Brasil, a faixa de fronteira (FF) aparece em textos normativos já no Segundo Reinado e nas constituições promulgadas ao longo do período republicano brasileiro, até chegar à atual configuração.

Foi na Lei Imperial nº 601/1850¹ que o termo “faixa de fronteira” surgiu e passou a ser definido como área geográfica, com regime jurídico particular. Na lei em questão, a propriedade da terra na faixa da fronteira estava sujeita a condições diferenciadas das demais partes do território (art. 1º). De acordo com a mesma lei, a faixa de terras (de 10 léguas) que se estendia ao longo do limite internacional poderia ser concedida gratuitamente (Brasil, 2005, p. 174). No fim do século XIX, a Constituição de 1891 estabeleceu no art. 64 que “pertenciam aos estados as terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais” (Brasil, 1891, art. 64).

Em relação à largura da FF brasileira, nas constituintes seguintes, foi sendo ampliada até a configuração atual. Na Constituinte de 1930, a largura da faixa passou para a extensão de 100 km, porém nenhuma concessão poderia ser feita acerca das terras fronteiriças para atividades produtivas sem a anuência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN). A segurança da fronteira internacional e a incumbência de organizar políticas para tal fim também passaram para a competência da União. Competência que, na Constituição anterior (1891), era delegada ao Congresso Nacional.

O conteúdo da terceira Constituição brasileira (1934) retratou a função da FF no art. 166 e parágrafos, como para servir à “defesa do território nacional” (Brasil, 1934, grifo nosso). Por um lado, a nova redação não mudou os pressupostos levantados nas constituições anteriores, nas quais a área da FF serviria à Força Nacional de Segurança Pública e à manutenção do território nacional, portanto à

1. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei de Terras). Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil (1808-1889). Disponível na biblioteca da Câmara dos Deputados em: <<https://bit.ly/3pH0Rq4>>. Acesso em: 1º nov. 2019.

“segurança nacional” ou à “defesa do território nacional”. Por outro lado, deferiu que toda ocupação e utilização de terras na FF teria regulamentação em lei.²

Na Constituição de 1937, as regras para a concessão e utilização da terra na versão anterior foram mantidas. A mudança mais significativa nessa versão foi a ampliação da extensão da largura da FF, que passou para 150 km. Em 1939, foi criada uma comissão para revisar a concessão de terras na FF brasileira e instalação de empresas das atividades desenvolvidas, implantação de vias de transportes e redes de comunicação.³

Na Constituição de 1946,⁴ foram mantidos critérios estabelecidos, como a manutenção das zonas indispensáveis à defesa nacional, e foi definido o Conselho de Segurança Nacional a declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país (Brasil, 1946). Outras legislações, como a Lei nº 2.597/1955⁵ (revogada pela Lei nº 6.634/1979), asseveraram o recorte da fronteira como zonas indispensáveis à segurança nacional, sendo mantida a extensão da largura em 150 km e criada a ferramenta de auxílio aos municípios circunscritos na faixa. A mesma lei (nº 2.597/1955) contribuiu para a criação e implementação das colônias militares (Brasil, 2010), tendo como linhas de ação ampliar o adensamento humano na fronteira e minimizar a atitude negligente dos governos estaduais em relação aos municípios fronteiriços.

Na Constituição Federal de 1967, o tema continuava a ser regido pela Lei nº 2.597/1955, revogada pela Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979,⁶ principal referência jurídica sobre a FF, ainda no período atual. Entre as mudanças mais imediatas que a lei imprimiu, foi passar a gestão das questões fronteiriças à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN).

A atual Carta Magna, de 1988, não trouxe alterações significativas para a matéria. A questão fronteiriça aparece em cinco artigos e sem alterações de normas já estabelecidas por lei, como no que envolve as terras devolutas, e os 150 km de largura, que foram reforçados no art. 20. O art. 91 propõe critérios para a utilização e o uso da área de fronteira, delegando ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), órgão de consulta da Presidência da República (PR), a função de autorizar e estabelecer critérios relativos à preservação e à exploração dos recursos naturais.

2. No que se refere ao uso e à ocupação da FF, tanto a propriedade pública, quanto a propriedade privada estão sujeitas a restrições.

3. Ver Decreto-lei nº 1.968/1940, que regula as concessões de terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias na FF.

4. Art. 34 Incluem-se entre os bens da União: II – a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras, às fortificações, construções militares e estradas de ferro.

5. Art. 2º É considerada zona indispensável à defesa do país a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) km de largura, paralela à linha divisória do território nacional, cabendo à União sua demarcação.

6. Dispõe sobre a FF e altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

Essa parte do levantamento apoiou-se em várias publicações e pesquisas realizadas. Entre elas, destacam-se a *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: bases para uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira* (Brasil, 2005); *Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira* (Brasil, 2010); estudos legislativos sobre o tema, realizados por consultorias especializadas da Câmara Federal,⁷ pareceres de legisladores sobre algumas propostas que tinham como objetivo alterar o texto da lei da fronteira, e publicação dos resultados do seminário *Faixa de fronteira: novos paradigmas* (Brasil, 2004), trabalho do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), vinculado à PR.

2 FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA DA FAIXA DE FRONTEIRA

Atualmente, a base normativa constitucional da FF se assenta na redação da Carta Magna de 1988, que pacifica a largura da FF, condiciona o uso e a ocupação da terra e a exploração econômica ao crivo dos órgãos e das entidades responsáveis pela fiscalização na área de fronteira (Brasil, 1979).

Na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), a matéria encontra-se no Título III, que trata da Organização do Estado, capítulo II – da União:⁸

Art. 20 São bens da União:

§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Art. 21 Compete à União:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: (...) d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou território; (...)

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...)

7. Estudos e notas técnicas. Disponíveis em: <<https://bit.ly/3jprbqy>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

8. A fronteira aparece como bens da União em outros itens da redação do art. 20 da CF/1988:

“II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; e

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Inciso com redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005)” (Brasil, 1988).

Título IV – da organização dos poderes, capítulo II – do Poder Executivo, seção V – do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, subseção II – do Conselho de Defesa Nacional:

Art. 91 O Conselho de Defesa Nacional é órgão de consulta do Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, e dele participam como membros natos: (...) § 1º Compete ao Conselho de Defesa Nacional: (...) III – propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

(...)

Título V – da defesa do Estado e das instituições democráticas, Capítulo III – da segurança pública:

Art. 144 A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio dos seguintes órgãos: (...) § 1º A Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (...) III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

(...)

Título VII – da ordem econômica e financeira, capítulo I – dos princípios gerais da atividade econômica:

Art. 176 As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o “caput” deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995) (Brasil, 1988).

A principal lei infraconstitucional para a fronteira brasileira fixa a largura da FF em 150 km (Lei nº 6.634/1979 – Lei de Fronteira). Apesar de ter sido elaborada em período de governos militares, os termos trazidos na CF/1988 dialogaram com a norma que já se encontrava implementada, inclusive tornando constitucionais pontos caros aos setores da segurança e

defesa, como a manutenção da largura da FF e regulação de algumas atividades estratégicas do recorte, conforme descrito a seguir.

- 1) Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979: dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências:

Art. 1º É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Art. 2º Relaciona atividades que devem passar ao crivo do assentimento prévio para se desenvolverem na área da faixa.

- 2) Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980: regulamenta a Lei nº 6.634/1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira: este regulamento estabelece procedimentos a serem seguidos para a prática de atos que necessitem de assentimento prévio.

- 3) Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019:⁹ dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios, e dá outras providências:

Art. 19 Relaciona os ministérios: Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Art. 29 Constitui área de competência do Ministério do Desenvolvimento Regional: (...) IX – a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

- 4) Atribuições das Forças Armadas (FA) – Lei Complementar (LC) nº 97/1999,¹⁰ arts. 16 a 18, com alterações na LC nº 117/2004 e inclusões na LC nº 136/2010 – ações subsidiárias das FA:

- a) atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre (FFT), isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- patrulhamento;
- revista de pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves; e
- prisões em flagrante delito.

9. A Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, revoga a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que definia o Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), como tutelar das questões fronteiriças. Entretanto, ao contrário da antiga estrutura ministerial que especificava a atuação e as responsabilidades no recorte fronteiriço (obras públicas em faixas de fronteiras), na redação do decreto em vigor, não há especificação da responsabilização do ministério sob a faixa de fronteira. Disponível em: <<https://bit.ly/3joc4l7>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

10. Dispõe sobre normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, trata das ações subsidiárias das Forças Armadas, no que abarca a ações de segurança pública na FF. Disponível em: <<https://bit.ly/3dPcQwF>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

3 CONSTRUÇÃO DO ARCABOUÇO NORMATIVO RECENTE PARA A FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

O levantamento da regulamentação vigente na FF compreende o período 2009-2018 e se baseia em publicações anteriores sobre planejamento e avaliação de políticas públicas para a região, como a *Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* (Brasil, 2005) e *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira* (Brasil, 2010).

O PDFF relacionou todos os diplomas que regulavam a matéria, a partir da institucionalização da Lei nº 6.634/1979 (Lei de Fronteira), até 2003. A segunda publicação, *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira*, levantou as proposições normativas por temáticas, reunindo informações até 2008.

Em termos de temas tratados nas duas Casas Legislativas, conjuntamente às medidas do Executivo, há que se destacar a retomada da temática de segurança pública e controle das fronteiras em detrimento de matérias que envolviam o desenvolvimento regional e bem-estar social (integração e cidadania), buscado ao longo da década de 2000. Na relação atual, tais temas (integração e cidadania) aparecem mais em atos internacionais¹¹ (binacional e/ou multilateral) que já se encontravam acordados ou mesmo em negociação em anos anteriores (tabela 1).

TABELA 1
Síntese das normas vigentes (2009-2018)

Temas	Quantidade
Cidadania	10
Segurança e defesa	10
Desenvolvimento regional	9
Infraestrutura	6
Fundiário	6
Institucional	6
Vigilância sanitária	2
Meio ambiente	1
Total	50

Fontes: Portal da Legislação, disponível em: <<https://bit.ly/37H3mT9>>; Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LEXML), disponível em: <<https://bit.ly/36BRJLN>>; Atividade Legislativa – Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://bit.ly/3ea5vbj>>. Acessos em: 10 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

O alinhamento do Estado às políticas públicas, com acentuado conteúdo de segurança e controle, tem ganhado relevo nas matérias vinculadas à FF, produzidas

11. Denominação dada pelo site do Senado Federal, em atenção à natureza da matéria.

no período 2009-2018. Como observado na tabela 1, as principais modificações se materializaram por meio de decretos alinhados a programas de governo e alguns decretos legislativos emitidos para atender a fins específicos, dada sua peculiaridade no conjunto do regramento jurídico brasileiro.

Para análise dos temas da legislação, o PDFF (Brasil, 2005) dividiu os temas em: institucional (militar e civil); desenvolvimento econômico (infraestrutura, vigilância sanitária de fronteira, fundiário); e ambiente e cidadania. A publicação do Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira* (Brasil, 2010), utilizou-se dos mesmos temas. O levantamento realizado neste trabalho das matérias normativas vigentes foi organizado sob os mesmos temas, por ordem cronológica, relacionando as seguintes informações: descrição da ementa, instrumento/número e data (quadro 1).

QUADRO 1
Relação da legislação em vigência (2009-2018)

Descrição da ementa	Instrumento e número	Data
Declara a revogação de feitos, para os fins do art. 16 da LC nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos relativos ao emprego das FA.	Decreto nº 9.623	20/12/2018
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências.	Decreto nº 9.309	15/3/2018
Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela. Norma complementar do Decreto nº 9.970/2019 que revogou o Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018.	Decreto nº 9.285	15/2/2018
Promulga o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 21 de maio de 2007.	Decreto nº 9.318	20/3/2018
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai para a construção de uma ponte rodoviária internacional sobre o rio Paraguai entre as cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, firmado em Brasília, em 8 de junho de 2016. Correlação Decreto Legislativo (DLG) nº 110/2018.	Decreto nº 9.471	14/8/2018
Altera o Decreto nº 6.956, de 9 de setembro de 2009, que regulamenta o disposto na Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.	Decreto nº 9.525	15/10/2018
Altera a Instrução Normativa (IN) RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, que estabelece normas complementares à Portaria MF nº 307, de 17 de julho de 2014, a qual dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.	IN/RFB nº 1.866 ¹	27/12/2018
Altera a IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) nº 121, de 11 de janeiro de 2002, a IN SRF nº 369, de 28 de novembro de 2003, a IN RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, e a IN nº 863, de 17 de julho de 2008.	IN/RFB nº 1.849 ²	28/11/2018
Institui a Lei de Migração, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017.	Lei nº 13.445	24/5/2017
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República francesa referente ao transporte rodoviário internacional de passageiros e de cargas, firmado em Paris, em 19 de março de 2014.	Decreto nº 8.964	18/1/2017
Aprova o texto do acordo para integração fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na área de telecomunicações, assinado em Lima, em 11 de novembro de 2013. Promulgado pelo Decreto nº 9.996, de 29 de agosto de 2019.	DLG nº 87	14/6/2017

(Continua)

(Continuação)

Descrição da ementa	Instrumento e número	Data
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República francesa para o estabelecimento de regime especial transfronteiriço de bens de subsistência entre as localidades de Diapoque (Brasil) e St. Georges de l'Oyapock (França), firmado em Brasília, em 30 de julho de 2014.	Decreto nº 8.960	16/1/2017
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República francesa relativo à cooperação transfronteiriça em matéria de socorro de emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012. Aprovado DLG nº 166/2015.	Decreto nº 8.959	16/1/2017
Regulamenta a Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida à ocupante de cargo efetivo das carreiras e planos vinculados à prevenção, ao controle, à fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Carreiras e cargos: departamento de Polícia Federal; auditoria-fiscal do trabalho; auditor fiscal federal agropecuário; Polícia Rodoviária Federal (PRF); e Ministério da Fazenda.	Decreto nºs 9.224; 9.225; 9.226; 9.227; 9.228	6/12/2017
Revoga o Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, e revigora decretos nºs 84.404/1984 e 92.107/1985, que dispõem sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), e dá outras providências.	Decreto nº 9.159	25/9/2017
Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre residência permanente com o objetivo de alcançar a livre circulação de pessoas, firmado em Brasília, em 9 de julho de 2013. Aprovado DLG nº 152/2016.	Decreto nº 9.089	6/7/2017
Promulga o acordo-quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para intercâmbio de informações e cooperação em segurança pública, firmado em Montevideu, em 30 de maio de 2011.	Decreto nº 9.096	18/7/2017
Promulga o memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil, o governo da República da Colômbia e o governo da República do Peru para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços ou comuns, firmado em Letícia, em 20 de julho de 2008. Aprovado pelo DLG nº 388/2013.	Decreto nº 8.698	28/3/2016
Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre localidades fronteiriças vinculadas, firmado em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005. Aprovado DLG nº 145/2011.	Decreto nº 8.636	13/1/2016
Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Revogou o Decreto nº 7.496, de 8 de junho de 2011, que "Institui o Plano Estratégico de Fronteiras". O Decreto nº 7.638, de 8 de dezembro de 2011, o alterava.	Decreto nº 8.903	16/11/2016
Promulga o memorando de entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e Outros Materiais Relacionados, firmado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.	Decreto nº 8.603	18/12/2015
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Colômbia, para o estabelecimento da zona de regime especial fronteiriço para as localidades de Tabatinga, Brasil, e Letícia, Colômbia, firmado em Bogotá, em 19 de setembro de 2008. Aprovado DLG nº 280/2010.	Decreto nº 8.596	18/12/2015
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai para a criação de escolas e/ou institutos binacionais fronteiriços profissionais e/ou técnicos e para o credenciamento de cursos técnicos binacionais fronteiriços, firmado em Brasília, em 1ª de abril de 2005. Aprovado DLG nº 804/2010.	Decreto nº 8.455	20/5/2015
Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre transporte fluvial e lacustre na hidrovia Uruguai-Brasil, firmado em Santana do Livramento, em 30 de julho de 2010. Aprovado DLG nº 305/2013.	Decreto nº 8.548	23/10/2015
Dispõe sobre a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas nas faixas de fronteira; e revoga o Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, e a Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999.	Lei nº 13.178	22/10/2015

(Continua)

(Continuação)

Descrição da ementa	Instrumento e número	Data
Promulga o protocolo adicional ao acordo de parceria e cooperação entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa com vistas à criação de um centro de cooperação policial, firmado em Brasília, em 7 de setembro de 2009. Aprovado em 2011.	Decreto nº 8.344	13/11/2014
Promulga o Acordo para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão e Rio Branco, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Oriental do Uruguai, firmado em San Juan de Achorena, Colônia, em 26 de fevereiro de 2007.	Decreto nº 7.900	4/2/2013
Promulga o Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados-Parte do Mercosul, firmado em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004, com as correções contidas do texto da Fê de Erratas ao Acordo, firmado em 28 de junho de 2007.	Decreto nº 7.953	12/3/2013
Altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.	Decreto nº 8.010	16/5/2013
Institui indenização devida à ocupante de cargo efetivo das carreiras e planos especiais de cargos que específica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços.	Lei nº 12.855	2/9/2013
Dispõe sobre a fiscalização e o controle aduaneiros relativos ao comércio de subsistência em localidades fronteiriças onde não existem pontos de fronteira alfandegados.	IN/RFB nº 1.413	28/11/2013
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia para a construção de uma ponte internacional sobre o Igarapé Rapirã entre as cidades de Plácido de Castro e Montevideu, firmado em La Paz, em 17 de dezembro de 2007.	Decreto nº 7.761	19/6/2012
Altera o Decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e passa a autorizar a instalação de lojas francas em municípios da faixa de fronteira cujas sedes se caracterizam como cidades gêmeas de cidades estrangeiras.	Lei nº 12.723	9/10/2012
Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, relativo ao estabelecimento e funcionamento de centros culturais, firmado em Madri, em 17 de setembro de 2007. Aprovado DLG em 2009.	Decreto nº 7.842	12/11/2012
Promulga o acordo, por troca de notas, para o estabelecimento de uma faixa <i>non aedificandi</i> em zonas urbanas entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008. Aprovado DLG nº 594/2009.	Decreto nº 7.763	19/6/2012
Aprova o texto do acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Guiana para o estabelecimento de regime especial fronteiriço e de transporte para as localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.	DLG nº 358	13/12/2011
Promulga a Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 33/2004, que cria o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), aprovada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.	Decreto nº 7.484	18/5/2011
Altera e acresce dispositivos ao Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.	Decreto nº 7.213	15/6/2010
Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado de Israel, assinado em Montevideu, em 18 de dezembro de 2007.	Decreto nº 7.159	27/4/2010
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e dá outras providências.	Lei nº 12.189	12/1/2010
Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela LC nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	Decreto nº 7.341	22/10/2010
Altera a LC nº 97, de 9 de junho de 1999, que "dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das forças armadas", para criar o Estado-maior conjunto das FA e disciplinar as atribuições do ministro de Estado da Defesa.	LC nº 136	25/8/2010

(Continua)

(Continuação)

Descrição da ementa	Instrumento e número	Data
Promulga o Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para prestação de serviços de saúde, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2008. Aprovado Decreto Legislativo nº 933, de 11 de dezembro de 2009.	Decreto nº 7.239	26/7/2010
Promulga o acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos, celebrado em Rio Branco, Uruguai, em 14 de abril de 2004.	Decreto nº 6.731	12/1/2009
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia para construção de uma ponte sobre o rio Mamoré entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayamerín, firmado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007.	Decreto nº 6.858	25/5/2009
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior. Alterado pelo Decreto nº 8.010/2013.	Decreto nº 6.759	5/2/2009
Promulga o acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Bolívia para permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.	Decreto nº 6.737	12/1/2009
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e dá outras providências.	Lei nº 12.029	15/9/2009
Exclui do anexo VI da Lei nº 11.897, de 30 de dezembro de 2008, obras relativas aos contratos nºs 066-PG/DER/RO e 067-PR/DER/RO, relativas à construção de trecho rodoviário – entroncamento BR-364 – entroncamento RO-478 (fronteira Brasil/Bolívia – Costa Marques) – na BR-429 – RO.	DLG nº 504	13/8/2009
Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências (Conversão da Medida Provisória – MP nº 458, de 2009).	Lei nº 11.952	25/6/2009
Regulamenta a MP nº 458, de 10 de fevereiro 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no âmbito da Amazônia Legal, definida pela LC, nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.	Decreto nº 6.830	27/4/2009

Fontes: Portal da Legislação, disponível em: <<https://bit.ly/37H3mT9>>; Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LEXML), disponível em: <<https://bit.ly/36BRJLN>>; Atividade Legislativa – Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://bit.ly/3ea5vbj>>. Acessos em: 10 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

Notas: ¹ A IN RFB nº 1.866 é uma IN/SRF.

² A IN RFB nº 1.849 altera a IN SRF nº 121, de 11 de janeiro de 2002, que dispõe sobre a transferência de mercadoria importada e admitida em regime aduaneiro especial ou atípico para outro regime, a IN SRF nº 369, de 28 de novembro de 2003, que dispõe sobre o despacho aduaneiro de exportação sem exigência de saída do produto do território nacional, a IN RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, e a IN nº 863, de 17 de julho de 2008, que dispõem sobre o regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre e em zona primária de porto ou aeroporto alfandegado.

Apesar de este estudo se voltar a matérias normativas que tratam da temática fronteiriça, há algumas peças que foram relacionadas por trazerem impactos importantes aos fluxos transfronteiriços, a exemplo da Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017), cujo art. 1º, § 1º, item IV, define como residente fronteiriço “pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserve a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho” (Brasil, 2017a).

Outros destaques se devem às instruções normativas da Receita Federal do Brasil (RFB), que regulamentam o regime aduaneiro para a instalação das lojas francas em cidades gêmeas brasileiras (Lei nº 12.723/2012), caracterizadas conforme critérios da Portaria nº 213/2016 e anexos, emitida pelo então Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – Lei nº 13.844/2019.

No período 2009-2018, foram aprovadas 52 normas (leis e decretos) referentes às questões fronteiriças, sendo 28 peças correspondentes a acordos internacionais formalizados com os vizinhos, dos quais dois decretos legislativos¹² (n^{os} 0087/2017 e 0358/2011) encontravam-se ainda em fase de promulgação do ato bilateral. O ato do Decreto Legislativo n^o 0087/2017, Acordo para Integração Fronteiriça entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru na Área de Telecomunicações, firmado em Lima, em 11 de novembro de 2013, foi promulgado somente pelo Decreto n^o 9.996, de 29 de agosto de 2019.

Quanto à concentração das normas por temas (gráfico 1), cidadania e desenvolvimento regional somaram 38% das normas concretizadas no período. Do conjunto dos temas, há que se destacar as leis n^{os} 12.029/2009 e 12.189/2010, que cunharam as providências de criação de duas universidades federais: a UFFS, que atualmente conta com três *campi*, e a Unila, construída em Foz do Iguaçu (Paraná), importante região de fronteira tríplice no Sul do país, com fortes relações com os vizinhos Paraguai e Argentina.

GRÁFICO 1
Distribuição da legislação vigente por temas (2009-2018)
(Em %)

Fontes: Portal da Legislação, disponível em: <<https://bit.ly/37H3mT9>>; Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LEXML), disponível em: <<https://bit.ly/36BRJLN>>; Atividade Legislativa – Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://bit.ly/3ea5vbj>>. Acessos em: 10 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

12. Decretos legislativos são promulgados pelo presidente do Senado (Agência Senado, 2019). Disponíveis em: <<https://bit.ly/2NTsiPf>>. Acesso em: 5 out. 2019.

Ainda como rebatimento do tema na década, destaca-se a criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), concebida pela Lei nº 11.640/2008. Atualmente, essa universidade conta com dez *campi* distribuídos ao longo da FF do Rio Grande do Sul. No que tange à integração fronteiriça, a instituição tem um papel muito relevante na fronteira, com especial atenção para a formalização dos protocolos de intenções que visam ao acesso da população que vive nas áreas de fronteira dos vizinhos Uruguai e Argentina.

Ainda na fronteira sul, destaca-se também a ampliação da rede federal na fronteira do Rio Grande do Sul. Só do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), foram criados os *campi* Bagé (2010), Santana do Livramento (2010) e o *campus* avançado Jaguarão (2014). Essa ampliação possibilitou a implementação de programas de integração regional, a exemplo da implantação do *campus* de Santana do Livramento (2010), que ocorreu a partir de um protocolo de intenções entre o IFSul e o Consejo de Educación Técnico Profesional – Universidad del Trabajo del Uruguay (CETP-UTU), com oferta de cursos técnicos binacionais.

Há outras iniciativas de integração regional realizadas pelas instituições de ensino ao longo da fronteira terrestre, a exemplo da oferta de cursos binacionais pelo Instituto Federal de Roraima (IFRR), que teve sua estrutura ampliada em três *campi*, em 2011. Apesar das iniciativas de ampliação de instituições de ensino na fronteira pontuarem no tema cidadania, não pode ser negado seu papel no tema desenvolvimento regional.

O tema segurança pública e defesa do território ocupa 20% das normas formalizadas no período. Em relação às normas que tratam da defesa, aparecem no Decreto nº 8.903/2016, o qual define, conjuntamente a outros órgãos, a participação das FA no PPIF; no Decreto nº 9.318/2018, que se definiu no acordo de cooperação em matéria de defesa entre Brasil e o Paraguai; e por fim, no Decreto nº 9.623/2018, que revogou os feitos relativos ao emprego das FA no território nacional. Particularmente, este último decreto autorizava a atuação das FA no estado de Roraima, nas FF norte e leste, e nas rodovias federais de Roraima, em virtude daquele ponto da fronteira se configurar na entrada da maioria dos fluxos migratórios de venezuelanos.

As demais normas (total de sete) são relativas à segurança pública. Essa matéria na fronteira é muito sensível, haja vista que, continuamente, tem-se ampliado o quadro de violência (homicídios, furtos, roubos, violência doméstica, entre outros) nos municípios e na região de fronteira, bem como se espriam por outros centros urbanos. Um breve levantamento nas estatísticas dos boletins de ocorrências (BOs)¹³ de 2018, disponibilizado pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Mato

13. Disponível em: <<http://estatistica.sigo.ms.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

Grosso do Sul (Sejusp/MS), aponta que a prática de crimes que envolvem drogas ilícitas só foi superada pelos crimes de furto.

Ao se tratar das ações públicas no recorte fronteiriço brasileiro, pode-se apontar que, a partir de 2011, com a publicação do Decreto nº 7.496/2011, que institui o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), houve um claro redimensionamento das ações fronteiriças que tangenciou a segurança e o controle como metas principais, em detrimento de outros temas como cidadania, integração e desenvolvimento regional que vinham sendo buscados na agenda pública. Além dos termos do Decreto nº 7.496/2011, que teve como objetivo articular várias instituições em nível federal e desenvolver metodologias e instrumentos para promover o diálogo com instituições em níveis estaduais e municipais, destacaram-se também a implementação e operacionalização de uma série de instrumentos de segurança e controle sobre os fluxos e as dinâmicas fronteiriças com seus vizinhos do subcontinente.

Entre os instrumentos, destacou-se a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), a qual conduziu o projeto Policiamento Especializado de Fronteiras (Pefron), estabelecendo unidades em alguns pontos da fronteira terrestre, e também o eixo 7 do programa, que trazia como objeto a implementação do Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-Fron). A coordenação do PEF ficou a cargo de órgãos da segurança pública e de instituições das FA. Este plano foi revogado pelo Decreto nº 8.903/2016,¹⁴ que trouxe poucas alterações em torno de estratégias para a segurança pública na FF (Brasil, 2016).

Outro tema caro à fronteira terrestre brasileira concerne às questões fundiárias, refletidas na quantidade de normas e no acirramento dos conflitos fronteiriços que tal insegurança jurídica delega. Tais conflitos se desenvolvem sob vários matizes e processos, e entre os mais visíveis destacam-se aqueles em que a ocupação de áreas de terras se estende ao território do país vizinho. Há, também, aqueles conflitos que envolvem a sobreposição de territórios e ampliação das disputas agrárias em desfavor dos povos originários (indígenas) e outras populações que ocupam secularmente áreas ainda em litígio. Um exemplo desses conflitos ocorre na fronteira paraguaia, entre produtores de soja brasileiros (agronegócio da soja) e o movimento campesino paraguaio, que elevam a violência na fronteira ao alcançarem também os *brasiguaios*.

No tema do meio ambiente, a única norma em vigor (Decreto nº 9.159/2017) trata da exploração mineral na área de fronteira, entre outras. Tal feito revogou o Decreto nº 9.147, de 28 de agosto de 2017, e revigorou os decretos nºs 84.404/1984 e 92.107/1985, que dispõem sobre a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (Renca), e dá outras providências. A particularidade do decreto que foi revogado é seu objeto: “extingue a Reserva Nacional do Cobre e seus Associados (Renca)

14. Disponível em: <<https://bit.ly/35m2bWo>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

para regulamentar a exploração mineral apenas na área onde não haja sobreposição com unidades de conservação, terras indígenas e faixa de fronteira”. Ao se extinguir a Renca, a sociedade entendeu que a exploração mineral exerceria forte pressão sobre outras reservas naturais e aos povos indígenas. Assim, a revogação do Decreto nº 9.147/2017 se deu sob forte pressão popular junto ao Parlamento brasileiro, sobretudo representada por importantes segmentos da sociedade civil, o que ocorreu em menos de um mês.

Das normas que tratam do tema institucional, a maioria diz respeito às matérias militares (segurança e defesa) e as demais oficializaram atos internacionais (tabela 1). Há também a institucionalização do Decreto s/n 2010,¹⁵ que criou a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF).¹⁶ Tal fórum constitui-se em um instrumento de gestão de políticas públicas de integração regional, com finalidade de propor diretrizes e coordenar ações voltadas à atuação do governo federal na FF (Brasil, 2010). Tal feito (Decreto s/n 2010) foi revogado pelo Decreto nº 9.961/2019, o qual reeditou a CDIF, com mudança na composição dos membros permanentes da comissão e redução do número de representantes de órgãos da administração federal.¹⁷

As iniciativas de infraestruturas consistiram na formalização de acordos binacionais para a construção das pontes: Ponte Rodoviária Internacional sobre o rio Paraguai, entre as cidades de Porto Murtinho, no Brasil, e Carmelo Peralta, no Paraguai; segunda Ponte Internacional sobre o rio Jaguarão, nas proximidades das cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai; e Ponte Internacional sobre o Igarapé Rapiirá, entre as cidades de Plácido de Castro, no Brasil, e Vila Evo Morales (antiga Montevidéu), na Bolívia (quadro 1).

Apesar de comporem carteiras de projetos de programas de investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e, posteriormente, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), as propostas de construção das pontes não se concretizaram. Em se tratando de iniciativas de infraestruturas no país, cabe ressaltar que, a partir de 2007, o PAC selecionou diversas ações de investimento (rodovias, ferrovias, portos, energia elétrica) por todo o território nacional, com destaque para a concretização de substanciais investimentos do eixo energético na FF.

A relação das normas em vigor (quadro 1) demonstra que houve mudanças na direção de matérias relacionadas ao desenvolvimento da região de fronteira,

15. Decreto de 8 de setembro de 2010: institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF). Disponível em: <<https://bit.ly/31CEBnj>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

16. Ver Pêgo *et al.* (2017, p. 48 e seguintes).

17. Ver capítulo 6 desta publicação.

sobretudo, a partir de 2011. No período, verifica-se que, basicamente, a composição foi de atos internacionais e sobre o tema específico, registrou-se a institucionalização da Lei nº 12.723/2012 e suas instruções normativas, com vista à regulação da implantação das lojas francas em pontos da fronteira seca, nas cidades gêmeas.

Na análise das normas instituídas no período (2009-2018), ficou evidenciado que, na década atual, as peças criadas, e mesmo aquelas que reeditaram matérias que vinham sendo implementadas, demonstraram modificações pouco significativas ou inovações que pudessem mitigar efeitos substanciais na dinâmica do desenvolvimento regional ou local fronteiriço e o bem-estar, que é uma reivindicação legítima da população fronteiriça.

No levantamento das proposições normativas para o recorte da FF em andamento nas Casas Legislativas (2009-2019), totalizaram-se 23 peças. O quadro 2 mostra a situação em que se encontravam as propostas em andamento nas Casas Legislativas.

QUADRO 2

Proposições normativas em andamento no Congresso Nacional (2009-2019)

Proposições	Tipo	Situação/andamento
1 – Altera o art. 144 da CF/1988, para criar a Polícia Nacional de Fronteiras.	Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3/2018	Em 21/12/2018. Designação de relatoria. Senado Federal.
2 – Aumenta os valores a serem pagos pelo Programa Bolsa Família (PBF) nos municípios da FF e dá outras providências.	Projeto de Lei (PL) nº 9.634/2018 Apensado PL nº 8.140/2017	Em 21/2/2019. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
3 – Estabelece a obrigatoriedade do uso de cães farejadores no combate ao ingresso ilícito de entorpecentes, drogas afins e armas em território nacional via aeroportos, portos e fronteiras terrestres, e dá outras providências.	PL nº 10.742/2018	Em 4/9/2019. Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO).
4 – Cria o <i>campus</i> universitário de São Miguel do Oeste da UFFS.	PL nº 7.308/2017	Em 10/7/2019. Parecer favorável. Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).
5 – Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que “cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no estado de Roraima e dá outras providências”.	PL nº 7.812/2017	Em 29/8/2019. Comissão de Finanças e Tributação (CFT).
6 – Cria o <i>campus</i> universitário de Concórdia da UFFS.	PL nº 7.307/2017	Em 10/7/2019. Parecer favorável. Localização CTASP.
7 – Altera o art. 16-A da LC nº 97, de 9 de junho de 1999, para dispor sobre as atribuições subsidiárias das FA e o patrulhamento das fronteiras entre estados, territórios e o Distrito Federal.	Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 394/2017	Em 26/8/2019. Devolução à CCP.
8 – Altera a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LCº 101, de 2000), para tratar das transferências voluntárias relacionadas à execução de ações em faixas de fronteira.	PLP nº 388/2017	Em 22/8/2019. Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado relator.

(Continua)

(Continuação)

Proposições	Tipo	Situação/andamento
9 – Altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que “dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea, e dá outras providências”.	PL nº 5.070/2016	Em 5/9/2019. Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC).
10 – Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da CF/1988, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.	PL nº 5.843/2016	Em 24/9/2019. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).
11 – Altera o § 3º e acrescenta o § 5º ao art. 176 da CF/1988, e dá outras providências (autoriza o poder público a explorar as jazidas de recursos minerais que possam ser usadas em obras públicas).	PEC nº 224/2016	Em 19/8/2019. Na CCJC.
12 – Cria áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã, no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	PL nº 533/2015	No Senado Federal.
13 – Acresce o art. 6A à Lei nº 9.654, de 2 de junho de 1998, estabelece o adicional de insalubridade para a carreira de policial federal rodoviário.	PL nº 1.007/2015	Em 19/3/2019. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
14 – Cria área de livre comércio no município de Guaíra, no estado do Paraná.	PL nº 648/2015	Em 26/9/2019, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (CDEICS). Devolvida pelo relator sem manifestação.
15 – Altera o art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sinalização trilingue.	PL nº 7.033/2014	Em 28/8/2019. Comissão de Turismo (CTUR). Designado relator.
16 – Altera a redação do art. 2º, inciso V da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, para inserir os §§ 1º, 2º e 3º, que permitem contratos de financiamento bancário em que se concede a propriedade de terra como garantia, quando feitos em bancos privados com capital estrangeiro e para propriedades que se situem na faixa de fronteira.	PL nº 7.391/2014	Em 24/9/2019. No Senado Federal.
17 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, “que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências”.	PL nº 7.860/2014 Apensado ao PL nº 2.275/2007	Mesa Diretora da Câmara.
18 – Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.	PL nº 6.460/2013	Em 31/1/2019. Aguardando Designação de Relator na CCJC.
19 – Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte, e dá outras providências.	PL nº 6.575/2013	Em 19/12/2018. Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Parecer publicado.
20 – Altera o art. 144 da CF/1988 para criar a guarda de fronteira.	PEC nº 81/2011 Apenso PEC nº 340/2017	Em 8/8/2019, na CCJC.
21 – Altera o art. 144 da CF/1988 transferindo para a União a segurança pública na área da Amazônia Legal.	PEC nº 91/2011	Em 26/3/2019. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Aguardando designação de relator.
22 – Requer a criação de subcomissão especial no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para acompanhar as ações de proteção de nossas fronteiras.	Requerimento nº 16/2011	Em 6/4/2011. Aprovado Requerimento. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN).
23 – Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 9.826, de 23 de agosto de 1999, que dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e dá outras providências (Faixa de Fronteira Sul).	PL nº 6.904/2010 Apensado a PL nº 6.903/2010	Em 26/3/2019. Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Desarquivado.

Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://bit.ly/37JfpIE>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

O levantamento das proposições em andamento no Congresso Nacional, assim como as normas instituídas no período evidenciam a preocupação do Legislativo com a segurança e o controle fronteiriço (tabela 2), em virtude de parte dos fluxos fronteiriços (de bens e pessoas) se assentarem em ilegalidades e crimes, como o tráfico de drogas ilegais, armas e pessoas, o contrabando de produtos (cigarro, têxteis, agrotóxicos, eletrônicos, brinquedos etc.), e evasão de divisas elevarem a violência na região.

TABELA 2

Síntese das proposições normativas em andamento nas Casas Legislativas (2009-2019)

Temas	Quantidade
Segurança e defesa	7
Desenvolvimento regional	7
Cidadania	3
Fundiário	2
Institucional	2
Infraestrutura	1
Meio ambiente	1
Total	23

Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://bit.ly/37JfpiE>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

As proposições do tema desenvolvimento regional se apresentam em maior número, diferenciado da quantidade de normas que foram concretizadas no período. Na relação, destaca-se o Projeto de Lei (PL) nº 9.634/2018, que propõe ampliar os valores a serem pagos pelo PBF nos municípios da FF, em virtude da elevada taxa de pobreza de grande parte dos municípios fronteiriços. Apesar do caráter de assistência social, o programa de repasse de renda possui capacidade de rebatimentos mais rápidos na economia. Destacam-se, também, as propostas de criação de áreas de livre comércio com os vizinhos e a retomada das propostas de ampliação da rede federal de ensino superior, sendo que a última iniciativa nesse sentido ocorreu com a formalização da norma que criou a Unila, em 2010.

A iniciativa que propõe a criação de instrumentos de governança para ações na fronteira brasileira, o PL nº 6.460/2013 (Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira) coaduna ao conjunto de sugestões e proposições de instrumentos de governança que a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU) levantou (Brasil, 2015). Para a auditoria, a criação de uma política de Estado configuraria um grande avanço em termos de mudanças de caminhos para a construção e o aporte de uma agenda de longo prazo, pois a ausência de um instrumento de Estado que subsidie os programas e

planos para a FF gera descontinuidades das ações, que ficam à mercê de programas de governos (Brasil, 2015).

A síntese do levantamento evidencia que as proposições legislativas estão concentradas nos temas desenvolvimento regional, com 34% do total de proposições; segurança e defesa, 29%; e cidadania, 13% (gráfico 2).

GRÁFICO 2

Participação de matérias em discussão no Congresso Nacional (2009-2019)

(Em %)

Fonte: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://bit.ly/37JfpiE>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

Nas proposições voltadas ao desenvolvimento regional, concentram-se as propostas de criação de área de livre comércio. Tais propostas abrangem áreas da fronteira dos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. No tema de segurança e defesa, chamam atenção as propostas de criação de corpo de segurança especializado em fronteira. No tema cidadania, aparecem propostas de ampliação da UFFS (proposta de criação de dois *campi*).

4 A LEI DE FRONTEIRA E SUA TERRITORIALIDADE

A base normativa da FF considera esse o recorte fundamental à segurança nacional, como expresso tanto na redação do § 2º, do art. 20 da CF/1988, como pela Lei Infraconstitucional nº 6.634, de 2 de maio de 1979, regulamentada pelo Decreto

nº 85.064/1980, o qual regula também as áreas de interesse estratégico do Estado no recorte fronteiriço (Brasil, 1980).

Apesar da Carta Magna de 1988 ratificar o conteúdo referente à largura da FF da Lei de Fronteira, as diferenças se assentam sob o contexto político¹⁸ em que a norma foi criada, sob a concepção de área de segurança nacional.¹⁹ A lei definiu a aplicação de normas e regimentos para a realização de determinadas atividades estratégicas na FF, com necessidade de manifestação expressa do Conselho de Segurança Nacional (CSN), ao qual cabia a concessão do ato de assentimento prévio (Brasil, 1979).

A modificação na concepção de “segurança nacional” sob a FF só surge com a redemocratização do Brasil, na CF/1988, permanecendo, porém, a visão estratégica de Estado²⁰ sobre a fronteira brasileira, agora como uma área de defesa nacional, sob diretriz do CDN²¹ (Lei nº 8.183/1991, art. 1º, parágrafo único, alínea d). Apesar dessa lei, que definiu o CDN como regulamentador das áreas de defesa nacional, a definição das atividades estratégicas na FF permaneceu sob o auspício da Lei nº 6.634/1979, mas submetidas agora ao conselho para fins de assentimento prévio.

Mesmo diante do contexto político em que foi criada a Lei de Fronteira, as atividades por ela reguladas para fins de monitoramento estratégico do Estado não perderam sua importância para a garantia dos interesses nacionais. Porém, notadamente, a importância do contexto em que foi criada, período em que o Estado detinha uma gestão centralizada, ajuda a ilustrar as inúmeras justificativas que buscam alterar o texto da lei, particularmente o art. 1º (largura da faixa), que permitiria que o rol de atividades estratégicas saísse do crivo do CDN. Outra justificativa comum a esse pleito, parte da restauração do período democrático no subcontinente que, sem as ameaças à integridade do território nacional, permite que a necessidade de manutenção de uma área tão larga não seja predominante sob a ótica da segurança nacional (área correspondente à FF).

Em se tratando das especificidades da redação da Lei de Fronteira, a largura da FF, relacionada no art. 1º, e parte das matérias que devem ser submetidas ao crivo de conselhos e fóruns específicos, relacionadas no art. 2º, e demais artigos

18. Período de governos militares no Brasil (1964-1985).

19. Art. 1º, parágrafo único da Lei nº 6.634/1979. Disponível em: <<https://bit.ly/34kVFQs>>. Acesso em: 13 out. 2019.

20. Entre as preocupações com a segurança nacional das fronteiras no período, incluía a possibilidade de conflito com a Argentina no segmento sul da fronteira brasileira. Possibilidade que foi afastada com a redemocratização e a integração dos países do Cone Sul do subcontinente na construção do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

21. Lei nº 8.183/1991. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional e dá outras providências (Brasil, 1991). Disponível em: <<https://bit.ly/3jnzvRT>>. Acesso em: 18 out. 2019.

De acordo com o § 1º do art. 91 da CF/1988, cabe ao CDN, entre outras competências: i) propor os critérios e as condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e ii) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do Estado democrático (Brasil, 1988).

que se relacionam às condições de uso e ocupação da FF sob a ótica da segurança nacional são comumente contestadas por vários setores da população fronteiriça.

Art. 1º É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 (cento e cinquenta) km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira (Brasil, 1979).

A redação desse artigo foi reforçada na CF/1988:

A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei (Brasil, 1988, art. 20, § 2º).

A redação do art. 20 da CF/1988 define a largura da faixa de fronteira em “até o limite de 150 quilômetros”, o que pressupõe que tal largura está apta às alterações conforme a necessidade e conveniência de cada região. A Lei nº 6.634/1979 aplica a FF em 150 km, a partir da linha do limite internacional.

No art. 2º da Lei nº 6.634/1979, em virtude do caráter estratégico, as atividades sujeitas ao procedimento de “assentimento prévio” são as seguintes:

I – Alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicações destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens.

II – Construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso.

III – Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV – A exploração e o aproveitamento de recursos minerais e a colonização e loteamento rurais.

V – Instalação de empresas que se dediquem às seguintes atividades:

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração; e

b) colonização e loteamento rurais.

VI – Transações com imóvel rural que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel.

VII – Participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural (Brasil, 1979).

Devido à parte das matérias relacionadas no art. 2º estarem submetidas ao assentimento prévio, residem as controvérsias mais consistentes dos “malefícios”, em virtude da necessidade de submissão delas ao crivo do colegiado do CDN.

Conforme o Decreto nº 85.064/1980, observa-se que as matérias enquadradas na Lei de Fronteira e regradas também em leis gerais são: mineração (Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, código de mineração);²² radiodifusão de sons e imagens (Ministério das Comunicações – leis nºs 9.612/1998 e 13.424/2017, Decreto nº 52.795/1963, e outros); concessão de terras públicas (Secretaria do Patrimônio da União – SPU, Lei nº 9.636/1998²³ alterada pelas leis nºs 11.481/2007 e 13.465/2017; e Incra, leis nºs 4.947/1966, 5.954/1973, 6.431/1977, 6.925/1981 e decretos nºs 3.743/2001 e 3.673/2000, leis nºs 5.954/1973, 6.925/1981, 9.871/1999, 10.164/2000 e outras); transação com imóvel rural envolvendo estrangeiro (Incra – Lei nº 5.709/1971,²⁴ IN nº 94, de 17 de dezembro de 2018); e participação estrangeira em pessoa jurídica (PJ) brasileira (Banco Central do Brasil – Bacen e Lei nº 6.634/1979).

Desse modo, tais matérias, após análise dos órgãos federais competentes, devido à atividade pretendida se situar na FF (área indispensável à segurança do território nacional), são submetidas ao assentimento prévio do CDN, enquadradas à lei especial da FF (Lei nº 6.634/1979).

As demais matérias tratadas no art. 2º (Lei nº 6.634/1979) não se encontram regulamentadas, não sendo, portanto, impositivas de ritos especiais a serem seguidos pelo particular perante órgãos da administração pública.

O art. 3º da Lei de Fronteira (nº 6.634/1979) remete às excepcionalidades que tratam nos itens III e IV do art. 2º (transcrição do original):

Art. 2º Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

III – Estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo.

IV – Instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades:

22. O art. 91 delega ao CDN, órgão de consulta do Presidente da República, a tarefa de “propor critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas como a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. Posteriormente, a Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, regulamenta o § 1º do art. 91 da CF/1988. O art. 176 estabelece condições específicas para a pesquisa e exploração dos recursos minerais do subsolo quando essas atividades se desenvolverem em FF e condiciona sua realização à autorização ou concessão da União.

23. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos decretos-leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do ato das disposições constitucionais transitórias, e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/3jsuXtf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

24. Dispõe sobre a aquisição e o arrendamento de imóvel rural por pessoa natural estrangeira residente no país, pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e pessoa jurídica brasileira equiparada à estrangeira e dá outras providências: § 6º – Se o imóvel estiver localizado em faixa de fronteira ou em área considerada indispensável à segurança nacional, é obrigatório o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional, independentemente da extensão de sua área. Disponível em: <<https://bit.ly/3dRhhH5>>. Acesso em: 25 out. 2019.

a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração; e

b) colonização e loteamento rurais.

V – Transações com imóvel rural, que impliquem a obtenção, por estrangeiro, do domínio, da posse ou de qualquer direito real sobre o imóvel.

VI – Participação, a qualquer título, de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, em pessoa jurídica que seja titular de direito real sobre imóvel rural.

(...)

Art. 3º Na faixa de Fronteira, as empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades previstas nos itens III e IV do artigo 2º deverão, obrigatoriamente, satisfazer às seguintes condições:

I – pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital pertencer a brasileiros;

II – pelo menos 2/3 (dois terços) de trabalhadores serem brasileiros; e

III – caber a administração ou gerência à maioria de brasileiros, assegurados a estes os poderes predominantes.

Parágrafo único – No caso de pessoa física ou empresa individual, só a brasileiros será permitido o estabelecimento ou exploração das indústrias ou das atividades referidas neste artigo (Brasil, 1979).

No item III do art. 2º (Lei nº 6.634/1979), a prática de ato referente ao “estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional” (Brasil, 1979) submete-se ao assentimento prévio do CDN, isto é, as indústrias que interessam à segurança nacional seriam as indústrias de defesa, atreladas às regras de mobilização nacional (Lei nº 11.631/2007, regulamentada pelo Decreto nº 6.592/2008) e às diretrizes da Política de Defesa Nacional e Estratégia Nacional de Defesa. As atividades empresariais que não sejam da área específica da indústria de defesa não estão sujeitas aos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 6.634/1979.

5 A LEI DE FRONTEIRA E SEUS CONTRASTES

Como citado anteriormente, entre as principais questões acerca da Lei de Fronteira, residem os “malefícios” de se delegar às atividades relacionadas no art. 2º da lei, conforme procedimentos definidos no Decreto nº 85.064/1980, ao crivo de conselhos, colegiados, sobretudo da necessidade de assentimento prévio do CDN. Nesse sentido, entram as discussões a respeito da largura da FF, haja vista que sua alteração retiraria parte das atividades do crivo do CDN.

Assim, buscando atender aos anseios da população fronteiriça (municípios), parlamentares seguem buscando alternativas normativas (propostas de lei e emenda constitucional), com fim de promover mudanças no regramento da FF em vigor, sobretudo com objetivo de reduzir sua largura ou mesmo uma possível extinção (quadro 3).

QUADRO 3

Proposições de alteração da Lei de Fronteira nº 6.634/1979 (2006-2019)

Ementa	Tipo	Localização/situação
1 – Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a FF.	PL nº 1.144/2019	Em 25/9/2015. Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional (CREDN).
2 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, “que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências”.	PL nº 7.860/2014	Arquivado (rejeitado mérito).
3 – O § 2º do art. 20 da CF/1988, para reduzir a FF para 150 km de largura.	PEC nº 22/2009	Prejudicada/arquivada.
4 – Altera o § 2º do art. 20 da CF/1988, reduzindo de 150 km para 50 km a largura da FF.	PEC nº 235/2008	Arquivada.
5 – Altera o art. 1º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, modificando a largura da FF.	PL nº 3.068/2008	Arquivado (rejeitado mérito).
6 – Revoga a Lei Federal nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a FF, e altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970.	PL nº 2.759/2008	Arquivado (rejeitado mérito). Apensados (2.275/2007).
7 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, criando condições de incentivo para o desenvolvimento da FF da região Sul.	PL nº 3.321/2008	Desarquivado em 20/2/2019.
8 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a FF.	PL nº 2.817/2008	Arquivado (rejeitado mérito). Apensado ao PL 2.275/2007.
9 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a FF, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	PL nº 2.275/2007	Arquivado (rejeitado mérito).
10 – Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que “dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências”.	PL nº 6.856/2006	Arquivado em 19/2/2008.
11 – Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da CF/1988, para dispor sobre a alteração da FF.	PEC nº 49/2006	Arquivada.

Fonte: Atividade Legislativa – Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://bit.ly/3ea5vbj>>. Acesso em: 13 nov. 2019.
Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

Das onze proposições para a alteração da Lei nº 6.634/1979, levadas às Casas Legislativas no período 2006-2019 (quadro 3), somente duas permanecem tramitando no Congresso Nacional: os PLs nºs 1.144/2019 e 3.321/2008. A primeira proposta objetiva alterar os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.634/1979. Para o legislador requerente, a alteração corrige o descompasso do texto do diploma legal em relação à Carta Magna de 1988, que consigna a proposta:

Pela comparação entre o dispositivo constitucional e o dispositivo legal que tratam da Faixa de Fronteira, percebe-se que os constituintes foram além da rigidez da lei. Esta fixa a Faixa de Fronteira em 150 km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, enquanto a Constituição Federal estabelece em até 150 km (cento e cinquenta quilômetros) (...) (Brasil, 2019, mantida redação do original).

A segunda proposta em andamento sobre o tema trata-se do PL nº 3.321, instaurado em 2008, arquivado por conta da finalização do período legislativo e desarquivado nos primeiros meses da atual legislatura da Câmara dos Deputados (quadro 3), conforme teor do Requerimento nº 50/2019, publicado no sítio da Casa Legislativa.

Entre as inúmeras propostas normativas de alteração da Lei da Fronteira (quadro 3), exemplifica-se a PEC nº 235/2008,²⁵ que consigna:

A legislação infraconstitucional que cuida do tema, não obstante anterior a Constituição em vigor, é a Lei nº 6.643/1979, que se encontra nitidamente em descompasso com a realidade internacional. De resto, a própria Constituição de 1988 foi concebida ainda sob os influxos da “Guerra Fria”, em contexto totalmente alheio à realidade presente. Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar. Hoje, os mecanismos de segurança, controle e informação instantânea dos quais dispõe o Estado transformam a legislação brasileira de faixa de fronteira em obsoleta e comprometedora do desenvolvimento regional. As regiões fronteiriças são sacrificadas pela Geografia e pela História. Não há mais razão para que o sejam também pelo Direito e pela Política (Brasil, 2008a).

Como pode ser observado na descrição de parte da justificativa da proposta, o entendimento da Lei de Fronteira como um instrumento restritivo ao desenvolvimento é o ponto em comum a outras iniciativas parlamentares para sua alteração. Tanto que, assim como na proposta relacionada, a maior parte das demais proposições tem o entendimento de que a carência de políticas públicas e a estagnação econômica da região de fronteira se dão em virtude da localização dos municípios. Nesse raciocínio, a alteração da largura da FF retiraria parte significativa dos municípios da estagnação econômica e é nesse contexto que se destaca o PL nº 2.275/2007 e apensos (quadro 3).

Na proposição e nos apensos desse PL, o autor relacionou as principais argumentações para justificar a alteração da norma vigente e necessidade de mudança de ótica do Estado sobre a fronteira: “As fronteiras, entre nações desenvolvidas, democráticas e pacíficas, deixaram de ser barreiras. São entrepostos. Não afastam. Aproximam” (Brasil, 2007). Outro destaque da proposição assenta-se na criação de faixas distintas para cada recorte da fronteira: a primeira faixa de 50 km de largura, que se estenderia do extremo do limite sul, no Chuí (Rio Grande do Sul) a Ponta

25. A proposição da PEC ganhou notoriedade ao ser julgada como um instrumento para atender ao interesse da empresa estrangeira do segmento de papel e celulose, a sueco-finlandesa Stora Enso, que adquiriu grandes porções de terras na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul e encontrou resistência à época, do Incra e de critérios cartorários para regularização das terras, em virtude da restrição legal. Conforme normativa da Casa, a proposta foi arquivada em virtude do fim da legislatura (2015) e não teve o interesse de outro parlamentar em dar continuidade ao pleito.

Porã (Mato Grosso do Sul); outra faixa seria de 100 km e se estenderia a partir de Ponta Porã (Mato Grosso do Sul) a Guajará Mirim (Rondônia); e uma última faixa, de 150 km, se iniciaria no sul de Rondônia, de Guajará Mirim (Rondônia) até Monte Caburaí (Roraima).

Outro ponto do texto de tal proposição eleva o destaque para a fronteira sul do país, o que evidencia na proposta o interesse regional do político.

No caso dos 3 estados sulinos as frações de suas superfícies abrangidas pela faixa de fronteira, conforme a Lei atual, são enormes; esse fato inibe fortemente a alocação de investimentos pretendidos pelas pessoas físicas e jurídicas de origem estrangeira, forçando o seu nível de competitividade econômica para baixo, ocasionando sérias consequências de ordem social para seus habitantes (Brasil, 2007, p. 3, redação mantida do original).

No voto que rejeita o pleito, a legisladora destaca fatores relevantes abarcados na proposição, como o crescimento da população nas fronteiras, o desenvolvimento econômico e social dessas regiões e o fim dos conflitos com as nações da América do Sul. Porém, a parecerista concluiu que mesmo na atualidade, com a extinção de cenários de conflitos (guerras) com os vizinhos do subcontinente, as FF constituem zonas sensíveis para a defesa nacional, necessitando assim mais debate da sociedade em torno da pretensão de sua alteração, como demonstra a reprodução de parte do voto:

A questão que se coloca é bem mais complexa e abrangente e implica amplo debate sobre todos os aspectos constitucionais, legais e normativos da faixa de fronteira. A redução da faixa de fronteira fora do contexto desse imprescindível debate maior nos parece uma temeridade que pode não ter o condão de alcançar os resultados positivos esperados. Pelo contrário: pode produzir resultados negativos para a Defesa Nacional, sem desenvolver, concomitantemente, a economia dessas sensíveis áreas geográficas (Brasil, 2009, p. 4).

Além da argumentação do voto reproduzida anteriormente, tal entendimento aponta para o risco que tais modificações realizadas por meio ordinário²⁶ podem inferir em outras demandas da população fronteiriça.

De todo modo, apesar das inúmeras iniciativas parlamentares advogarem a favor de alterar a Lei de Fronteira, a rejeição é igualmente elevada (quadro 3), o que evidencia o jogo de forças sobre a temática e mostra que parte do conjunto da sociedade coaduna com a necessidade de maior crivo do Estado sobre as atividades estratégicas realizadas no recorte fronteiriço.

Avaliando o debate sobre os argumentos de rejeição às proposições de alteração da Lei nº 6.634/1979, no que diz respeito à visão estratégica do Estado sobre o

26. Aprovada por maioria simples (art. 47 da CF/1988).

recorte fronteiriço, fica evidenciado em um dos relatórios de voto,²⁷ elaborado para a votação da PEC nº 235/2008 (quadro 3). No relatório do voto, o parlamentar reproduziu parte das argumentações de uma nota técnica sobre a matéria, emitida pela assessoria parlamentar do Exército Brasileiro, a qual oferece argumentos desfavoráveis ao pleito (PEC nº 235/2008).

Entre as argumentações, esse relatório do voto destaca que a força terrestre buscou desconstruir as alegações feitas pelos autores da PEC nº 235, no que concerne a: i) interesses da defesa externa; ii) cooperação com o desenvolvimento nacional; iii) Garantia da Lei e da Ordem (GLO); iv) vedação da prática de determinados atos na faixa de fronteira sem o assentimento prévio do CDN; e v) Política de Defesa Nacional. Assim, com o propósito de rejeitar o pleito, o autor do voto destacou no relatório as seguintes argumentações do Exército acerca da PEC em discussão:

- 1) Modificar a legislação que dá suporte à Faixa de Fronteira Nacional, considerando-se só o aspecto econômico como vetor de integração regional, como apresentado pelo autor, se mostra pouco conveniente, pois os aspectos estratégicos, de segurança e políticos têm relevância destacada no arco fronteiriço do país, conforme preconizado na Política de Defesa Nacional vigente.
- 2) O Brasil estabelece fronteira com quase todos os países da América do Sul, desde a época do Império, quando consolidou sua base territorial, situação esta que reforça as necessidades de exercer acentuada vigilância naquelas importantes áreas.
- 3) Cabe salientar que o atual disciplinamento legal da matéria não inviabiliza a ocupação e a exploração racionais das terras e bens nela situados, nem exclui o direito de propriedade de quem as possui (Brasil, 2008b, mantida redação do original).

Importante levantar que os três pontos destacados vêm ao encontro de considerações e conclusões elaboradas em alguns estudos, relatórios e notas técnicas, com o objetivo de subsidiar as decisões dos parlamentares, como os estudos de consultorias do Legislativo brasileiro e levantamentos sobre o tema, como da Comissão Especial-Regulamentação da Faixa de Fronteira (extinta).

O primeiro estudo ora destacado acerca da necessidade de alteração da norma de fronteira, *O Poder Legislativo em face da faixa de fronteira* (Rocha, 2010), elaborado por um consultor legislativo da área XVII Segurança e Defesa Nacional, inicia suas considerações alertando que a legislação sobre a FF, sozinha, não se configura em impedimento para o desenvolvimento das atividades econômicas na região.

Um mergulho mais profundo na lei permitirá concluir, contrariamente ao pensamento de muitos, que qualquer tipo de atividade poderá ser desenvolvido nesse trecho do território brasileiro, ainda que algumas dependam do assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional (art. 2ª Lei nº 6.634/1979). (...) Portanto, não

27. Disponível em: <<https://bit.ly/34p0t7a>>. Acesso em: 9 out. 2019.

há impedimento concreto para que essas atividades sejam desenvolvidas na Faixa de Fronteira, mas cada caso particular deverá ser submetido à apreciação discricionária do Conselho de Segurança Nacional (Rocha, 2010, p. 4).

Para o mesmo consultor legislativo, o gargalo está na gestão administrativa do fórum que viabiliza o assentimento prévio e não na exigência do feito. Porém, “isso é o bastante para fragilizar a lei e dar margem a pressões no Congresso Nacional para que a mesma sofra modificações, adequando-a à realidade enfrentada” (Rocha, 2010, p. 4).

A Comissão Especial-Regulamentação da Faixa de Fronteira, instituída com objetivo de propor iniciativas às questões fronteiriças, apresentou, entre seus resultados, as seguintes ponderações sobre as proposições legislativas de alteração da FF:

- 1) Maior parte tem por base o entendimento que a região da faixa de fronteira tem carência de políticas públicas e estagnação econômica.
- 2) No geral, consideram a faixa de fronteira como uma área restritiva ao desenvolvimento (Brasil, 2004).

Apesar disso, os resultados do levantamento da comissão evidenciam que a condição especial da FF é legitimada constitucionalmente para receber, de forma ampliada, incentivos diferenciados do restante do país. Sobre incentivos, há que se observar o que traz o capítulo VIII do Decreto nº 85.064/1980, que trata do auxílio financeiro aos municípios da FF:

Art. 37 Para habilitar-se ao auxílio financeiro destinado à execução de obras públicas, previsto no art. 9º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, os municípios total ou parcialmente localizados na Faixa de Fronteira deverão, até 31 de julho do ano anterior ao da concessão, encaminhar à SG/CSN dados sucintos sobre a obra que pretendem realizar e seu orçamento estimado.

Parágrafo único – Em casos especiais, devidamente justificados, poderá ser concedido auxílio para aquisição de máquinas e equipamentos.

Art. 38 A SG/CSN estudará os pedidos de auxílio e, a partir de 1º de setembro, informará às Prefeituras da concessão ou não do auxílio solicitado.

Art. 39 Os recursos serão repassados diretamente às Prefeituras por intermédio da agência do Banco do Brasil S.A.

Art. 40 A aplicação dos recursos está sujeita a comprovação perante o Tribunal de Contas da União, por Intermédio da SG/CSN.

§ 1º – O emprego dos recursos limitar-se-á no exercício financeiro em que foram concedidos, podendo ser aproveitados no exercício imediato, como Restos a Pagar, desde que devidamente empenhados no exercício do recebimento.

§ 2º – Enquanto as prestações de contas não forem apresentadas, as Prefeituras não estarão habilitadas ao recebimento de auxílios posteriores.

Art. 41 A SG/CSN baixará instruções detalhadas, visando a orientar as Prefeituras quanto à habilitação e repasse dos auxílios, aplicação dos recursos e prestação de contas (Brasil, 1980).

Nesse sentido, para a comissão, é fundamental que o “governo federal viabilize iniciativas ao fortalecimento econômico local, com perspectiva de solução de problemas dos municípios localizados na faixa de fronteira, [o que] certamente atenderá aos anseios da sociedade” (Brasil, 2004, p. 226). E com isso possa inibir parte dos argumentos usados em prol da crescente iniciativa parlamentar com objetivo de redução ou extinção da FF.

O terceiro estudo, um documento da Câmara dos Deputados, *Desenvolvimento dos municípios na faixa de fronteira: necessidade de alterações na Lei nº 6.634/1979*, de Rocha (2008), trata das formas possíveis de alterações da Lei de Fronteira. Para o autor,

existem basicamente duas linhas de ação: a primeira seria a alteração da própria carta magna, porém, como é sabido, a alteração da Constituição é um processo longo, lento e pesado. A segunda opção e mais viável seria a modificação do próprio texto da Lei nº 6.634/1979 (Rocha, 2008, p. 10).

Destaca-se, também, a redação do § 2º, do art. 20 da CF/1988, que estabelece que a FF seja de até 150 km, “ou seja, alterar a legislação infraconstitucional não acarretaria vício de inconstitucionalidade, por não se tratar de limitação estrita, exata”. Assim, a Carta Magna, ao instituir a largura da FF, foi flexível. “Caberia na alteração legislativa instituir novo limite até o estabelecido pela Carta Magna” (Rocha, 2008, p. 11). A Lei nº 6.634/1979 é uma norma infraconstitucional, logo pode ser alterada respeitando os limites estabelecidos na CF/1988.

Entretanto, o autor afirma que: “Não mudaria a lei em sua essência, ao mesmo tempo que iria adequar o nosso sistema jurídico e econômico às imposições trazidas pela globalização, pelos compromissos no Mercosul e outros de caráter internacional” (Rocha, 2008, p. 11).

As argumentações postas indicam que a Lei nº 6.634/1979 não impõe obstáculos indiscriminados a alguma atividade econômica, logo se esvazia a instrumentalização das proposições que visam alterar a lei ou reduzir a FF. Ademais, que o gerenciamento de assuntos estratégicos por um colegiado de Estado (CDN) não impede a edição de lei específica para direcionamento de incentivos à região, bem como promoção do desenvolvimento da região fronteiriça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata da elaboração de normas para a fronteira e mesmo nas propostas de legislação, é relevante considerar a conjuntura de interesses políticos no território. Ao se tratar de complexidades socioeconômicas e do caráter estratégico dos

assentamentos humanos ao longo dessa faixa territorial brasileira, a mensagem presidencial (proferida em 2003) caracterizou as áreas da fronteira como um dos desafios ao desenvolvimento regional. Afirma a mensagem:

Merecem, portanto, uma atenção diferenciada neste contexto, dadas as más condições de vida de sua população e sua vulnerabilidade do ponto de vista socioeconômico, criando, inclusive, condições para uma crescente penetração da ilegalidade, contrabando e narcotráfico (Brasil, 2003).

Mesmo dividida em várias sub-regiões, segundo seus aspectos físicos, econômicos, sociais e culturais (Brasil, 2005), por definição, a faixa de fronteira na Lei nº 6.634/1979 foi ratificada na CF/1988 como uma faixa de terras de até 150 km a partir da linha divisória internacional. Essa faixa, além do seu papel de defesa do território, propicia várias formas de comunicação e atividades entre as populações fronteiriças e seu alto nível de interesse nacional.

Apesar do reconhecimento do recorte como área de interesse nacional, há uma flagrante deficiência dos governos em relação à gestão dos municípios fronteiriços que, comumente, possuem baixos índices de desenvolvimento, cujas origens são creditadas nas prerrogativas legais vigentes, a saber, ao regramento dos artigos da Lei de Fronteira (nº 6.634/1979), que normatiza a necessidade de assentimento prévio do CDN para a exploração de atividades estratégicas na FF.

Há pouco esforço em esclarecer que existem outros fatores que interferem no baixo desenvolvimento do recorte de fronteira, inclusive fatos históricos pouco lembrados nas justificativas das propostas. Entre eles, cabe fazer referência à vocação atlântica do Brasil e à prática regular dos formuladores de políticas públicas em destinar investimentos (públicos e privados) para centros mais dinâmicos, sobretudo, aportes de recursos públicos às regiões que já possuem maior capacidade de investimento.

Existem outros fatores que podem ser relacionados como origens do baixo desenvolvimento da região, entre eles: i) baixa presença do Estado em vários pontos fronteiriços; ii) deficiências da infraestrutura econômica de integração; iii) grandes distâncias em relação a centros mais dinâmicos e de decisão; iv) vazios demográficos; e v) más condições de vida da população dessas áreas e a sua vulnerabilidade socioeconômica. São fatores que criam condições para a crescente penetração da ilegalidade e ampliação do domínio de organizações criminosas na região para a prática de ilícitos transnacionais, com especial atenção para os crimes de tráfico de drogas entorpecentes,²⁸ armas e ilícitos contra o fisco nacional, como a atividade de contrabando na fronteira – cigarros, têxtil, eletrônicos etc.²⁹ (Nunes, 2018).

28. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, sigla em inglês), o Brasil é considerado o país com a maior quantidade de drogas entorpecentes (pasta base e cocaína) apreendidas no mundo. A configuração da rota do tráfico coloca nossas fronteiras terrestres no centro desse processo.

29. Ver auditoria do TCU (Acórdão nº 2.252/2015); e Sindifisco Nacional (2012), *Fronteira em Foco*, que é uma iniciativa do Sindifisco Nacional em prol da segurança das fronteiras brasileiras. Disponível em: <<https://bit.ly/2MNPvSo>>. Acesso em: 25 out. 2019.

Em relação à Lei de Fronteira (nº 6.634/1979), observa-se que tal norma não levanta temas relacionados ao desenvolvimento, ao fortalecimento da cidadania, à dinamização econômica e integração com países vizinhos. Porém, a observação quanto ao disciplinamento das atividades estratégicas na FF não exclui a implementação delas no regramento de fronteira, sendo a maior parte disciplinada por outras leis. Como exemplo, a exploração de recursos minerais na FF que tem seu procedimento dado pela Lei nº 6.634/1979, item III:

I – A pesquisa e a lavra de recursos minerais somente poderão ser efetuadas mediante autorização ou concessão da União, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas (Brasil, 1988, art. 176, § 1º).

II – Compete ao Conselho de Defesa Nacional propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira (Brasil, 1988, art. 91, § 1º, inciso III).

III – A pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais em faixa de fronteira, exceto as de aplicação na construção civil, só serão permitidas com o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional (Brasil, 1979, art. 2º, inciso IV, alínea a).

Sobre a atividade de exploração mineral, usada no exemplo anterior, evidencia-se o elevado tempo para a publicação do assentimento prévio.³⁰ Portanto, não é a Lei da Fronteira o impeditivo à atividade: o que tem de ser revisto, caso necessário, são os procedimentos de gestão do conselho que viabiliza o assentimento prévio para a atividade (órgão do Executivo federal). Também é fato que a atividade de exploração mineral ocorre em vários pontos do recorte da fronteira brasileira, um exemplo da atividade na região se dá no município de Corumbá (localizado no alto Pantanal de Mato Grosso do Sul) desde a década de 1970, na produção de minério de ferro e manganês, com atuação de empresas de peso do setor, como a mineradora Vale.³¹

Apesar das propostas legislativas, sobretudo aquelas que vislumbram alteração nos artigos da Lei de Fronteira, considerarem o recorte territorial fronteiriço como uma área restritiva ao desenvolvimento, as análises mais apuradas demonstram que a condição especial da FF é favorável ao direcionamento de mecanismos garantidores de incentivos compatíveis com a realidade e complexidade locais, totalmente diferenciados do restante do país.

Em virtude dos dados e das interpretações sobre o que consta na legislação da fronteira em vigor não se configurarem em empecilhos aos programas de desenvolvimento fronteiriço, o que falta, então, para que a FF possa vislumbrar um

30. Disponível em: <<https://bit.ly/3adus3T>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

31. Ver Pêgo *et al.* (2019).

desenvolvimento sustentável? Quais são os anseios e as expectativas da sociedade fronteiriça em relação aos investimentos (públicos e privados) na fronteira? Que medidas podem ter perspectivas de solucionar ou equacionar os problemas que os municípios localizados na fronteira têm em relação aos demais?

Como subsídio para colaborar na formulação de propostas, destacam-se as publicações dos resultados das quatro oficinas realizadas pelo Ipea/MDR,³² três delas em pontos do limite internacional brasileiro, nas quais se buscou relacionar os anseios, as dificuldades e as propostas da população fronteiriça.³³ Outro diagnóstico que pode colaborar na formatação de propostas às questões inerentes à FF corresponde à síntese da publicação dos planos de fronteira, elaborada pelos Núcleos de Fronteira (Brasil, 2017b), além de outros diagnósticos e levantamentos que se encontram relacionados neste capítulo, que trata de experiências de gestão de governança fronteiriça.

Ao se tratar de aprimoramento do marco regulatório em tela, há que se considerar que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro é determinado por fatores sociais e políticos. Assim, como traz a publicação *Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira*, “o aperfeiçoamento do marco regulatório da faixa de fronteira deverá priorizar a construção de mecanismos promotores de iniciativas e programas que conduzam a uma maior integração social, econômica e comercial desse território” (Brasil, 2010, p. 73).

Por fim, o aporte teórico consultado permite concluir que a FF é uma área de relevância estratégica para o conjunto nacional, porém a excepcionalidade da Lei da Fronteira não demanda impeditivo legal para que normas diversas (desde que acomodem a CF/1988) sejam formalizadas com objetivo de beneficiar e facilitar o desenvolvimento dos municípios da região de fronteira.

Mesmo diante da possibilidade de alteração da largura da FF, dada pelo artigo constitucional, tal matéria segue fomentando controvérsias entre os sujeitos fronteiriços, sobretudo os que advogam que a largura da faixa acaba por condicionar o dispositivo que regula as atividades econômicas no recorte. Isso demonstra que há uma disfunção no entendimento e narrativas de que a Lei de Fronteira dificulta o desenvolvimento econômico da região, a integração regional e o relacionamento entre os povos do subcontinente.

32. Brasília (Distrito Federal), Boa Vista (Roraima), Corumbá (Mato Grosso do Sul) e Uruguaiana (Rio Grande do Sul).

33. Ver Pêgo *et al.* (2018; 2019; 2020).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. Disponível em: <<https://bit.ly/2FZhmY>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <<https://bit.ly/2J0a3oU>>. Acesso em: 18 out. 2019.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <<https://bit.ly/2FZmoZo>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

_____. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 6.113, 3 maio 1979. Seção 1.

_____. Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 16.899, 27 ago. 1980. Seção 1.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: STF, 1988.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano Plurianual 2004-2007**: mensagem presidencial. Brasília: MP, 2003.

_____. Gabinete de Segurança Institucional. **Seminário Faixa de Fronteira: Novos Paradigmas**. Brasília: Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2004. Disponível em: <encurtador.com.br/pBGM8>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases para uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: MI, 2005.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2.275 de 2007. Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 “que dispõe sobre a faixa de fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências”. Brasília, out. 2007. Disponível em: <<https://bit.ly/2TpPHHH>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. Proposta de Emenda à Constituição nº 235, de 2008. Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. Brasília, 2008a. Disponível em: <<https://bit.ly/35CKHfO>>.

_____. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. Relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 235, de 2008. Brasília, jun. 2008b. Disponível em: <<https://bit.ly/2HvNGrj>>.

_____. Câmara Dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Relatório de voto em separado do Deputado Doutor Rosinha** – Projeto de Lei nº 2.275, de 2007 (Apensos os Projetos de Lei nºs 2.759, de 2008, 2.817, de 2008, e 3.068, de 2008). Brasília, 19 maio 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/3kwo7oa>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

_____. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira**. Brasília: Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/bpyAT>. Acesso em: 3 out. 2019.

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria operacional para avaliação de governança de políticas públicas de fortalecimento da faixa de fronteiras** – Acórdão nº 2.252/2015. Brasília: TCU, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3ovle9l>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

_____. Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016. Institui o programa de proteção integrada de fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 2016. Seção 1.

_____. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017a. Disponível em: <<https://bit.ly/3oCNPka>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Consolidação dos planos de desenvolvimento e integração das faixas de fronteira**. Brasília: MI, 2017b. Disponível em: <<https://bit.ly/3jvVrdm>>. Acesso em: 25 out. 2019.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1.144, de 2019. Altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira. Brasília, fev. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/34qDKYC>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

NUNES, M. Papel e ações das instituições brasileiras na faixa de fronteira. In: PÊGO, B.; MOURA, R. (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Rio de Janeiro: Ipea; MI, 2018. v. 1.

PÊGO, B. *et al.* (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública**. Brasília: Ipea; MI, 2017. v. 2.

_____. **Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte**. Brasília: Ipea; MI, 2018. v. 3.

_____. **Fronteiras do Brasil:** uma avaliação do arco Central. Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2019. v. 4.

_____. **Fronteiras do Brasil:** uma avaliação do arco Sul. Rio de Janeiro: Ipea; MDR, 2020. v. 5.

ROCHA, F. C. W. **Desenvolvimento dos municípios na faixa de fronteira:** necessidade de alterações na Lei nº 6.634/1979. Brasília: Câmara dos Deputados, fev. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Hy93rB>>. Acesso em: 28 out. 2019.

_____. **O Poder Legislativo em face da faixa de fronteira.** Brasília: Câmara dos Deputados, dez. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/2TsTtA9>>. Acesso em: 28 out. 2019.